O ESTADO DE S.PAULO

Publicado em 14/05/2024 - 06:00

Piso de Saúde e Educação pode inviabilizar Orçamento em 2028

Orçamento Regra fiscal no limite

Piso de Saúde e Educação pode travar o Orçamento até 2028

Projeções do governo mostram que gastos mínimos com as duas áreas vão consumir 112% das despesas não obrigatórias, tirando recursos de outras rubricas

DANIEL WETERMAN

Os gastos mínimos com Saúde e Educação exigidos pela Constituição vão consumir todo o espaço das despesas não obrigatórias e comprometer o dinheiro destinado ao custeio e ao investimento nas outras áreas da União até 2028, tornando o Orçamento da União impraticável.

Conforme levantamento feito pelo **Estadão** com base em projeções do Ministério do Planejamento e Orçamento e em informações do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PDLO), os pisos de Saúde e Educação vão consumir 112% das despesas não obrigatórias até 2028.

Os números reforçam a conclusão de especialistas de que o governo vai ter de escolher entre manter os mínimos constitucionais ou mexer nas regras do novo arcabouço fiscal. Integrantes da equipe econômia também defendem uma revisão desses pisos (*mais informações na pág. B2*).

Mantidas as regras atuais, faltaria dinheiro para programas como o Minha Casa, Minha Vida, para recuperação de rodovias federais, pagamento do Auxílio Gás a famílias carentes, obras de saneamento básico, ações de Defesa Civil para prevenir desastres naturais e manutenção de todos os órgãos federais.

Efeito

Com estrangulamento de gastos, programas como o Minha Casa e o custeio da máquina seriam afetados

O cenário foi antecipado pelo **Estadão** em abril passado com estimativas do piso da Saúde. Agora, a reportagem obteve projeções do Ministério do Planejamento por meio da Lei de Acesso à Informação que confirmam a tendência, e apresentam um cenário ainda mais desafiador para a equipe econômica, desta vez com a inclusão dos gastos com Educação e a distribuição do dinheiro no Orçamento.

Ao mesmo tempo que despesas obrigatórias e impositivas pela Constituição crescem – entre elas, aposentadorias, emendas parlamentares, Saúde e Educação –, o arcabouço fiscal impõe um limite para os gastos públicos (2,5% de crescimento real em relação ao ano anterior), o que diminui o espaço para investimentos em outras áreas.

Os pisos de Saúde e Educação vão somar R$ 336,3 bilhões só em 2025, de acordo com as projeções do governo. O dinheiro é dividido entre despesas obrigatórias e discricionárias (não obrigatórias). Os recursos vão consumir 44% do Orçamento disponível para todas as despesas não obrigatórias, espaço disputado com outras áreas. Esse porcentual subirá para 51% em 2026; 63% em 2027; e 112% em 2028.

Em 2027, sobrariam apenas R$ 45 bilhões para gastos não obrigatórios nas outras áreas, um cenário considerado impraticável por integrantes do governo e economistas. Já em 2028, faltariam R$ 12 bilhões para custeio e investimento em outras áreas, paralisando o Orçamento. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia e Negócios **Caderno:** b **Pagina:** 1

Copyright © Clipclap 2025.